

Privilégio até nos preços

Os privilegiados senadores que imprimem seu material de divulgação, e em anos eleitorais aumentam o fluxo da gráfica do Senado, não teriam como bancar serviços semelhantes em gráficas particulares.

A cota anual de R\$ 4.160 que cada parlamentar - os deputados também - pode utilizar gratuitamente parece irrisória diante dos preços do mercado, mas torna-se enorme porque as tabelas do Cegraf são subavaliadas. Para membros da Mesa Diretora e líderes partidários, então, a cota torna-se gigantesca porque dobra para R\$ 8.320.

Por exemplo: um milheiro de papel timbrado sai no Cegraf por R\$ 5,04 (R\$ 0,005 a unidade).

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), Antônio Carlos Navarro, diz que esse preço é irrisório e não paga sequer o papel.

De acordo com seus cálculos, para imprimir o mesmo milheiro numa gráfica particular o parlamentar não gastaria menos de R\$ 12 (R\$ 0,012 a unidade), duas vezes e meia o preço do Cegraf.

“Só uma chapa de offset está saindo por R\$ 7. Eles não calcu-

lam mão-de-obra, energia, contribuições sociais porque está tudo incluído no orçamento, e é pago por nós contribuintes. Por isso que é tudo barato”, reclama Navarro.

Outro exemplo: um senador do Piauí, que mandou imprimir 150 mil cartazes (tamanhos grande e médio) em uma gráfica de seu estado, pagou R\$ 5.544, valor superior ao da sua cota anual no Senado. Cada um saiu por R\$ 0,0369.

Já o senador Humberto Lucena, segundo cálculos do primeiro-secretário Júlio Campos, rodou os 130 mil calendários por um preço irrisório de R\$ 1.000 (que ele não pagou, pois saiu de sua cota, que é dobrada). Isso dá R\$ 0,0076 a unidade, cerca de cinco vezes menos que os cartazes do colega piauiense.

Campos, em defesa dos senadores, alardeia que o serviço feito pelos seus pares não representa 5% de tudo que é feito no Cegraf, que imprime principalmente o grande volume de material legislativo e também todo o material de escritório usado no Congresso. (A.R.)